NEGROS E O RACISMO ESTRUTURAL

KARIN KINTER OLIVEIRA

RESUMO
O racismo estrutural é um fenômeno histórico e social que afeta profundamente a população negra, permeando diversas esferas da sociedade, como a educação, o mercado de trabalho, a saúde e o sistema judiciário. Ele se manifesta por meio de práticas institucionais e culturais que privilegiam determinados grupos étnicos em detrimento de outros, reforçando a marginalização e a desigualdade racial. No Brasil, as raízes do racismo estrutural estão ligadas ao período colonial e à escravidão, quando a exploração dos corpos negros foi legitimada pelo Estado e pela sociedade. Mesmo após a abolição da escravatura, a exclusão da população negra continuou, resultando em uma distribuição desigual de oportunidades e recursos. A luta contra o racismo estrutural exige não apenas mudanças legislativas, mas também uma transformação profunda das estruturas sociais e culturais que perpetuam essa discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Educação; aprendizado.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural no Brasil é um tema central nas discussões sobre desigualdade social, historicamente enraizado na colonização e na escravidão. Esse tipo de racismo não se manifesta apenas em atitudes individuais preconceituosas, mas está profundamente incorporado nas instituições e estruturas sociais, políticas e econômicas do país, perpetuando a marginalização da população negra. A escravidão, que durou mais de três séculos, moldou uma sociedade marcada pela hierarquia racial, na qual pessoas negras foram sistematicamente subjugadas e desumanizadas. Após a abolição, em 1888, o Brasil falhou em integrar essa população na sociedade, negando-lhes acesso igualitário a educação, moradia e trabalho, entre outros direitos fundamentais.

O conceito de racismo estrutural refere-se, portanto, a um sistema de discriminação que vai além de ações explícitas de preconceito. Ele envolve um conjunto de práticas, políticas e normas que, de forma direta ou indireta, colocam a população negra em desvantagem contínua. No campo educacional, por exemplo, a falta de acesso de qualidade à educação é um reflexo desse racismo, já que escolas em áreas predominantemente negras tendem a ser mais precarizadas. No mercado de trabalho, pessoas negras, especialmente mulheres, enfrentam maiores dificuldades de ascensão, salários menores e condições de trabalho mais precarizadas.

A violência policial contra a população negra é outro aspecto alarmante do racismo estrutural, resultando em uma taxa desproporcional de encarceramento e mortes violentas de jovens negros. Isso reflete a criminalização da negritude, perpetuada por estereótipos racistas que associam corpos negros ao perigo e à criminalidade. Essa realidade evidencia a forma como o racismo está arraigado nas práticas institucionais e nas relações sociais no Brasil.

Ademais, o racismo estrutural se reflete nas disparidades de saúde, onde a população negra tem menos acesso a cuidados médicos de qualidade, o que agrava ainda mais as desigualdades. As mulheres negras, por exemplo, enfrentam maiores taxas de mortalidade materna e têm menos acesso a serviços de saúde reprodutiva. Essas diferenças são frequentemente ignoradas pelas políticas públicas, que muitas vezes não reconhecem as necessidades específicas dessa parcela da população.

Diante desse cenário, é fundamental reconhecer que o combate ao racismo estrutural vai além de mudanças nas atitudes individuais. É necessário promover reformas profundas nas instituições e criar políticas públicas que abordem as desigualdades raciais de forma sistemática e contínua. A implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nas universidades e no serviço público, é um exemplo de medida que visa corrigir as distorções históricas e promover maior equidade. Contudo, para que essas ações sejam efetivas, é essencial a participação de todos os setores da sociedade na luta

contra o racismo e na promoção de uma cidadania plena para a população negra.
Em suma, o racismo estrutural é um obstáculo significativo para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa no Brasil. Combater essa forma de discriminação requer o reconhecimento de sua existência e a adoção de medidas concretas para desmantelar as estruturas que perpetuam a desigualdade racial.

DESENVOLVIMENTO
A educação antirracista é um dos pilares para combater o racismo estrutural, pois promove a conscientização sobre a importância da igualdade racial e a desconstrução de estereótipos. Além disso, políticas afirmativas, como as cotas raciais, têm se mostrado fundamentais para corrigir as distorções históricas e garantir maior inclusão da população negra nos espaços de poder e prestígio. Contudo, para que essas mudanças sejam efetivas, é necessário o engajamento de toda a sociedade, reconhecendo e enfrentando o privilégio branco e as desigualdades raciais que persistem até os dias atuais.
Outro aspecto crucial da educação antirracista é a representatividade. As crianças negras devem se ver refletidas em materiais didáticos, na literatura infantil, nos meios de comunicação e nos espaços acadêmicos. A ausência de referências positivas contribui para a manutenção do racismo estrutural, reforçando a falsa ideia de inferioridade da população negra. Por isso, é necessário ampliar a presença de intelectuais negros, cientistas, escritores e artistas no imaginário coletivo, promovendo narrativas que enalteçam sua contribuição para a sociedade.
As políticas afirmativas, como as cotas raciais no ensino superior e no mercado de trabalho, são essenciais para a redução da desigualdade racial. Apesar de enfrentarem resistência, essas políticas já obtiveram resultados positivos, aumentando a presença de negros em universidades e carreiras antes inacessíveis. No entanto, é fundamental que sejam acompanhados por medidas de permanência, como bolsas de estudo, moradia estudantil e apoio psicossocial, garantindo que esses estudantes possam concluir a sua formação sem serem prejudicados por barreiras socioeconómicas.
No mercado de trabalho, a equidade racial ainda é um desafio. A população negra enfrenta maiores dificuldades de ascensão profissional e obtém resultados inferiores em comparação com a população branca. Para mudar esse cenário, as empresas devem adotar políticas de diversidade, criando ambientes mais inclusivos e promovendo oportunidades igualitárias de crescimento. Além disso, é preciso combater a discriminação racial nos processos seletivos, muitas vezes disfarçada sob critérios subjetivos que perpetuam a exclusão.
O enfrentamento do privilégio branco é outro ponto central no combate ao racismo estrutural. Muitas pessoas brancas não autorizam os privilégios que possuem simplesmente por causa da cor da pele, como o acesso facilitado a oportunidades, a não necessidade de provar constantemente sua competência e a menor exposição a abordagens violentas por parte do Estado. Para que a mudança ocorra, é preciso um compromisso ativo dessas pessoas na luta antirracista, ouvindo, aprendendo e utilizando sua posição para avançar transformações reais.
A mídia também desempenha um papel crucial na perpetuação ou no combate ao racismo. A representação estereotipada de pessoas negras em novelas, filmes e noticiários reforça preconceitos históricos e contribui para a marginalização dessa população. Por isso, é necessário ampliar a diversidade nas produções audiovisuais, garantindo que as pessoas negras ocupem não apenas os papéis de atores e modelos, mas também de roteiristas, diretores e produtores de conteúdo.
No âmbito político, a sub-representação da população negra nos espaços de decisão reflete uma democracia incompleta. É fundamental estimular e apoiar candidaturas negras, garantindo que essa parcela da população tenha voz ativa na formulação de políticas públicas. Sem representatividade, as demandas da população negra continuam sendo negligenciadas, perpetuando a exclusão e o racismo institucional.
A luta antirracista não deve ser responsabilidade exclusiva da população negra. A sociedade como um todo precisa se mobilizar para transformar estruturas justas e garantir um futuro mais equitativo. Isso envolve

questionar práticas racistas no dia a dia, apoiar iniciativas distintas para a igualdade racial e exigir mudanças concretas das instituições. Somente com o compromisso coletivo será possível construir uma sociedade mais justa, onde o corpo da pele não determine as oportunidades e os direitos de cada indivíduo.

A educação antirracista desempenha um papel crucial no combate ao racismo estrutural ao promover o conhecimento crítico sobre as desigualdades raciais e ao fomentar a valorização da diversidade cultural e étnica. Ela se baseia no entendimento de que o racismo não é apenas uma questão individual, mas está profundamente inserido nas estruturas sociais, políticas e econômicas. A educação, nesse sentido, é um meio poderoso de transformação social, uma vez que ajuda a conscientizar as pessoas sobre como as relações raciais foram historicamente construídas e como elas continuam a influenciar as dinâmicas de poder e opressão na sociedade atual.

Uma das principais características da educação antirracista é sua capacidade de questionar e desconstruir os estereótipos e preconceitos que sustentam o racismo. Por muito tempo, a cultura ocidental eurocêntrica foi vista como a norma, enquanto as culturas africanas, indígenas e outras foram marginalizadas ou estigmatizadas. Esse viés cultural é perpetuado por currículos escolares que, muitas vezes, negligenciam a contribuição das pessoas negras e de outras minorias étnicas para a história e a cultura global. A educação antirracista, ao contrário, busca incluir essas vozes e perspectivas, reconhecendo a importância da história da África e da diáspora africana, bem como das lutas de resistência contra a opressão.

Além disso, a educação antirracista não se limita apenas à transmissão de conteúdos; ela envolve também práticas pedagógicas que incentivam o diálogo e a reflexão crítica sobre as relações raciais. Professores e educadores precisam ser capacitados para abordar essas questões de maneira sensível e responsável, criando um ambiente onde estudantes de todas as origens possam se sentir respeitados e valorizados. Nesse processo, é importante não apenas destacar as injustiças, mas também celebrar a resistência e as conquistas da população negra, ajudando a romper com a narrativa da vitimização exclusiva e a fortalecer a autoestima e a identidade racial positiva dos alunos negros.

Paralelamente, as políticas afirmativas, como as cotas raciais, têm sido um mecanismo crucial para promover a inclusão da população negra em espaços de poder e prestígio que historicamente lhe foram negados. No Brasil, a implementação das cotas em universidades públicas e concursos públicos tem sido uma das políticas mais discutidas e, ao mesmo tempo, uma das mais eficazes na correção de desigualdades raciais no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Essas políticas são uma resposta direta à dívida histórica que a sociedade brasileira tem com a população negra, cujo acesso a oportunidades foi sistematicamente negado desde o período colonial e escravista.

A política de cotas não deve ser vista como um privilégio, mas como uma forma de corrigir as distorções provocadas por séculos de racismo. Embora haja resistência por parte de certos setores da sociedade, que afirmam que as cotas "invertem" o racismo ou criam divisões, é importante destacar que essa política tem como objetivo garantir igualdade de condições, não de resultados. As cotas visam proporcionar a equidade no ponto de partida, oferecendo oportunidades a pessoas que, de outra forma, estariam em grande desvantagem. Estudos têm demonstrado que as cotas raciais, além de aumentar a diversidade nas universidades e instituições públicas, não comprometem a qualidade do ensino ou dos serviços prestados; ao contrário, elas enriquecem o ambiente acadêmico e profissional ao trazer perspectivas diversas e promover o diálogo intercultural.

Contudo, para que essas medidas sejam efetivas e duradouras, é necessário que a sociedade como um todo esteja comprometida com a luta contra o racismo. O racismo estrutural não pode ser desmantelado apenas por meio de políticas governamentais isoladas; ele exige um engajamento ativo e consciente de todas as esferas da sociedade, desde o sistema educacional até o setor empresarial, o poder judiciário e a mídia. Todos esses setores desempenham um papel fundamental na reprodução ou no combate às desigualdades raciais.

O reconhecimento do privilégio branco é uma etapa fundamental nesse processo. O privilégio branco refere-se às vantagens invisíveis que as pessoas brancas desfrutam simplesmente por pertencerem a um grupo racial dominante em uma sociedade racista. Essas vantagens não são necessariamente resultado de ações deliberadas, mas estão inseridas nas estruturas sociais, como o acesso mais fácil a oportunidades educacionais, empregos, habitação de qualidade e tratamento justo no sistema judicial. O reconhecimento dessas vantagens é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, pois permite que indivíduos e instituições reflitam sobre as formas de poder e dominação racial que ainda estão em operação e busquem alternativas mais inclusivas.

Além disso, a mídia desempenha um papel crucial na perpetuação ou no combate ao racismo estrutural. Historicamente, a representação de pessoas negras nos meios de comunicação tem sido marcada por estereótipos negativos que reforçam a criminalização e a marginalização dessa população. A educação antirracista também deve atuar no campo da mídia, promovendo a valorização de representações positivas e a inclusão de narrativas que reflitam a diversidade e a complexidade das vivências da população negra. Ao mesmo tempo, a mídia tem o poder de educar e sensibilizar a sociedade, ajudando a desconstruir preconceitos arraigados e a promover uma cultura de respeito e valorização das diferenças.

Outro aspecto importante na luta contra o racismo estrutural é a implementação de políticas públicas que visem diretamente a redução das desigualdades raciais. Essas políticas devem abranger diversas áreas, como saúde, moradia, segurança pública e direitos trabalhistas, e devem ser formuladas a partir de um diálogo com os movimentos sociais e as comunidades negras. A participação ativa da população negra na formulação e implementação dessas políticas é fundamental, pois somente aqueles que vivenciam na pele os efeitos do racismo estrutural podem apontar com precisão as soluções mais adequadas para enfrentar esse problema.

No campo da saúde, por exemplo, a população negra no Brasil enfrenta desigualdades significativas no acesso a tratamentos e cuidados adequados. Isso se reflete nas altas taxas de mortalidade materna entre mulheres negras, bem como na menor expectativa de vida da população negra em relação à branca. Políticas de saúde que reconheçam essas disparidades e busquem corrigi-las são essenciais para a promoção da equidade racial. Isso inclui desde a formação de profissionais de saúde que estejam capacitados para lidar com as especificidades da saúde da população negra até a criação de programas de prevenção e tratamento voltados para doenças que afetam de forma desproporcional essa comunidade.

Além disso, no âmbito da segurança pública, a violência policial contra a população negra é uma das manifestações mais visíveis e cruéis do racismo estrutural no Brasil. Jovens negros são as principais vítimas de homicídios no país, e as abordagens policiais são frequentemente marcadas pelo racismo, com pessoas negras sendo mais suscetíveis a revistas e prisões arbitrárias. A reforma das instituições policiais e a implementação de políticas de segurança que promovam a proteção da vida da população negra são urgentes para reverter esse quadro de violência.

Por fim, é importante destacar que a luta contra o racismo estrutural não deve ser vista como uma tarefa exclusiva da população negra. Embora essa seja a comunidade diretamente afetada pelas desigualdades, o racismo estrutural impacta toda a sociedade, pois perpetua um sistema de injustiça que impede a construção de uma democracia plena e justa. O envolvimento de pessoas brancas nessa luta é crucial, pois são elas que, muitas vezes, ocupam posições de poder e podem influenciar mudanças institucionais. O combate ao racismo deve ser uma causa coletiva, que envolve a desconstrução de privilégios e a promoção de políticas e práticas inclusivas em todos os setores da vida social.

Em conclusão, a educação antirracista e as políticas afirmativas são pilares fundamentais na luta contra o racismo estrutural, mas sozinhas não são suficientes. É necessário um esforço contínuo e coletivo para desmantelar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades raciais. Isso envolve o engajamento de toda a sociedade, o reco-

nhecimento do privilégio branco, a reformulação das instituições e a criação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade racial. Somente assim será possível construir um Brasil verdadeiramente inclusivo e justo, onde todos possam desfrutar de igualdade de oportunidades e dignidade humana.

Embora a educação antirracista e as políticas afirmativas sejam estratégias fundamentais no combate ao racismo estrutural, é preciso reconhecer que o alcance dessas ações depende de uma série de fatores complementares e integrados. A transformação estrutural de uma sociedade racialmente desigual, como a brasileira, exige uma abordagem multidimensional, capaz de tocar não apenas as esferas educacional e política, mas também as esferas econômica, cultural, midiática e social.

Um dos maiores desafios para a superação do racismo estrutural é a inércia das instituições que, historicamente, foram moldadas para manter as hierarquias raciais. Instituições como o sistema de justiça, a polícia, o mercado de trabalho e a própria educação estão impregnadas de práticas discriminatórias que favorecem o status quo e dificultam a mobilidade social da população negra. Mudar essa realidade envolve, antes de tudo, uma vontade política que reconheça o racismo como um problema sistêmico e se comprometa a desenvolver políticas públicas abrangentes e eficazes.

Nesse sentido, é imprescindível que o Estado assuma um papel ativo na promoção da igualdade racial, adotando medidas que não sejam apenas reativas, mas proativas. As políticas públicas devem ir além da reparação histórica e buscar garantir condições de vida dignas para a população negra em todos os aspectos. Isso inclui, por exemplo, a implementação de políticas habitacionais que combatam a segregação espacial e assegurem acesso a moradias de qualidade para todos. No Brasil, a população negra é, em grande parte, residente de áreas periféricas e favelas, onde a infraestrutura é precária e o acesso a serviços básicos, como saneamento e transporte, é limitado. A inclusão plena da população negra passa por oferecer melhores condições de vida nessas regiões, promovendo sua integração na cidade de maneira equitativa.

Outro aspecto central para a erradicação do racismo estrutural é a desconstrução do imaginário social racista que, ao longo dos séculos, foi reforçado por diversos meios, principalmente pela mídia e pelo sistema educacional. O imaginário coletivo brasileiro ainda é amplamente dominado por uma visão estereotipada da negritude, que associa as pessoas negras a posições subalternas, à criminalidade e à falta de capacidade intelectual. Para mudar essa percepção, é necessário que a representatividade negra nos meios de comunicação seja não apenas aumentada, mas também transformada qualitativamente. A mídia brasileira, por exemplo, ainda é dominada por pessoas brancas, tanto em frente às câmeras quanto nos bastidores, o que perpetua a narrativa de que os espaços de poder e prestígio são reservados exclusivamente para pessoas brancas. A promoção de representações positivas e realistas da população negra na mídia é, portanto, um passo crucial para a construção de uma nova narrativa social.

No campo da educação, além da implementação de uma pedagogia antirracista, é preciso também repensar o próprio currículo escolar, que ainda privilegia a história e a cultura eurocêntricas em detrimento das contribuições das populações africanas e indígenas. A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas, foi um avanço importante, mas sua efetiva aplicação ainda encontra obstáculos. A falta de preparo de muitos professores e a ausência de materiais didáticos adequados são barreiras que precisam ser superadas para que essa lei seja, de fato, implementada em todo o país. A formação continuada de educadores e a produção de conteúdos pedagógicos que valorizem a diversidade étnico-racial são medidas essenciais para que a educação brasileira se torne realmente inclusiva.

Outro ponto relevante é a necessidade de incluir o combate ao racismo estrutural nas políticas econômicas. A população negra no Brasil continua a ser a mais afetada pelo desemprego, pelos baixos salários e pela informalidade no mercado de trabalho. O preconceito racial se manifesta de forma

explícita nas relações de trabalho, onde pessoas negras enfrentam maiores dificuldades de acesso a posições de liderança e cargos de maior prestígio, sendo frequentemente limitadas a funções de menor remuneração e status.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho precisa ser reformado com vistas à inclusão racial, por meio de iniciativas que promovam a contratação de pessoas negras em cargos de liderança e de formação de gestores e trabalhadores para a convivência em ambientes diversos. A adoção de programas de diversidade nas empresas e a fiscalização do cumprimento de legislações antidiscriminatórias são ações necessárias para garantir um ambiente de trabalho mais justo e equitativo.

Além disso, é fundamental que o sistema de justiça atue de forma mais incisiva no combate ao racismo. Casos de discriminação racial ainda são subnotificados e, quando denunciados, muitas vezes não resultam em punições efetivas. O racismo é frequentemente tratado como um crime de menor importância pelas autoridades, o que reflete uma banalização das práticas racistas no Brasil. Para enfrentar essa realidade, é preciso que o judiciário brasileiro reconheça a gravidade do racismo e atue de maneira rigorosa contra crimes dessa natureza. A capacitação de juízes, promotores e defensores públicos para lidar com questões raciais, bem como o fortalecimento de órgãos que fiscalizam e combatem o racismo, como a Defensoria Pública e o Ministério Público, são passos fundamentais nesse processo.

Outro aspecto importante é o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil que atuam na promoção da igualdade racial. O movimento negro no Brasil tem sido um agente fundamental na luta contra o racismo, desde a abolição da escravidão até os dias atuais. Organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU), Geledés, UNEGRO e muitas outras têm desempenhado um papel crucial na formulação de políticas públicas e na conscientização da sociedade sobre as questões raciais. O apoio a esses movimentos e a criação de canais de diálogo entre o governo e as lideranças negras são essenciais para garantir que as demandas da população negra sejam ouvidas e atendidas.

Por fim, o enfrentamento do racismo estrutural também requer uma mudança de mentalidade por parte da sociedade como um todo. O racismo não é apenas um problema das pessoas negras, mas de toda a sociedade brasileira. A desconstrução das desigualdades raciais passa por um processo coletivo de conscientização, no qual as pessoas brancas reconheçam seus privilégios e se comprometam ativamente com a luta antirracista. O envolvimento de todos os setores da sociedade, desde o setor público até o privado, passando pelo terceiro setor e pela mídia, é fundamental para que o Brasil possa caminhar em direção a uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva.

Em suma, o racismo estrutural é um desafio que precisa ser enfrentado de maneira abrangente e sistemática. A educação antirracista e as políticas afirmativas são ferramentas poderosas nesse processo, mas elas precisam ser acompanhadas de uma série de outras medidas que promovam a inclusão da população negra em todas as esferas da vida social, econômica, política e cultural. Somente por meio de um esforço conjunto e contínuo será possível desmantelar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades raciais no Brasil e construir uma sociedade onde todos tenham igualdade de oportunidades e dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. Republicanismo e questão racial. In: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (org.). Dicionário da república: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. L.; VELLOZO, J. C. O. Crise, racismo e neoliberalismo. In: SOUZA, E. A.; OLIVEIRA e SILVA, M. L. (org.). Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ALMEIDA, S. L. Estado e direito: a construção da raça. In: SILVA, M. L.; FARIAS, M.; OCARIZ, M. C.; STIEL NETO, A. (org.). Estado e direito: a construção da raça. São Paulo: Escuta, 2018, v. 1, p.81-96.

FAIRCLOUGH, N. Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research. London: Routledge, 2003.
FAIRCLOUGH, N.; MELO, I. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. Linha D'Água, v. 25, n. 2, p.307-329, 10 SET. 2024. https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728.Acesso em 19/06/2021.» https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728

MASCARO, A. L. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013, p.19-21.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 1. ed. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].